

LIBERDADE EM DUAS PALAVRAS: CREATIVE COMMONS

Ana Cristina Fricke Matte/Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Liberdade é uma palavra usada muitas vezes como se tivesse um sentido absoluto. Liberdade define um estado: nenhum estado é determinado sem que lhes sejam conferidas características específicas as quais, por sua simples existência, descartam outras. Assim, liberdade não é absoluta, é sempre relativa. Este texto procura discutir a liberdade em duas palavras - creative commons - ou seja, implicações do uso dessa licença no universo da produção acadêmica e artística.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade. Produção acadêmica. Obra de arte. Licença. Creative commons. Autoria.

ABSTRACT: Freedom is a word often used as if it had an absolute sense. But freedom defines a state and no state is determined without specific characteristics which, by their very existence, discard others. Thus, freedom is not absolute, is always relative. This text discusses freedom in two words - creative commons - that is, implications of the use of such license in the world of academic and artistic production.

KEYWORDS: Freedom. Academic production, Work of art. Licence. Creative commons, Authorship.

INTRODUÇÃO



Ilustração 1: Imagens sobre liberdade recolhidas na web em 1.º de novembro de 2010.

Uma busca rápida na internet (ILUSTRAÇÃO 1) permitiu levantar algo que eu gostaria de chamar de representação imagética da liberdade na nossa cultura ocidental. Liberdade é um conceito interessante, pois faz parte das palavras que usamos com sentido universal e que, na maioria das vezes, é tão específico o sentido quanto o de qualquer outra palavra: o sol nasce todo

dia, mas se estiver chovendo, essa afirmação não passa de mera retórica. Entre aquilo que se vê, aquilo que se sabe e aquilo que se enuncia, existem diversos precipícios e uma variedade de fatores que podem aumentar ou diminuir as distâncias entre cada um desses polos.

Não vamos entrar em muitas questões filosóficas nesse texto, mas permito-me divagar um pouco, pois compartilhar reflexões é uma forma de discutir tabus e mitos e avançar pequeninos passos em direção à consciência.

Liberdade absoluta é como uma quimera, aquele monstro que não existe. No entanto, quando se fala que “liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”, ou pensamos em “asas da liberdade” ou lutamos por liberdade, sempre é um conceito absoluto e muito vago que está em jogo. É importante desvestir esse conceito para entender qual parcela dele nos motiva e qual nos aprisiona (sim, porque existe uma liberdade que aprisiona e voltarei a isso logo adiante).

Vamos pensar em termos da nossa presença física no planetinha: como poderíamos ser absolutamente livres sob a força da gravidade, sujeitos ao clima, sujeitos à presença ou não de luz? Estando sujeitos a estas forças, não somos livres num sentido absoluto. Não podemos levantar os braços e sair voando como o super-homem; não podemos andar de maiô num dia frio de inverno, por mais lindo que seja o maiô; não podemos respirar embaixo d'água; não podemos enxergar no escuro e precisamos tirar os óculos escuros que nos protegem do sol para continuar dirigindo quando o carro entra num túnel.

A despeito da impossibilidade para a esmagadora maioria de nós de alcançar o espaço sideral, suas imagens costumam evocar esse significado de liberdade: o vasto e ilimitado mundo que nos cerca. Somente com a imaginação podemos criar o livre como ilimitado absoluto: a liberdade como tal só aconteceria num passe de mágica. Olhando por outro ângulo, a liberdade absoluta requer muitas negações:

- não corpo
- não gravidade
- não tamanho
- não relação
- não outro
- não conflito
- não lei
- não igual
- não diferente
- não estado
- não desejo
- não virtual
- não concreto
- não peso
- etc.

Em última instância, ser livre requer não ser livre para ser, estar, sentir, desejar, rejeitar, pesar, divergir etc etc etc. Em semiótica, diríamos que se trata de um termo complexo (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 368) na oposição fundamental entre o real e o imaginário e, como todo termo complexo, sua existência concreta é sempre questionável, embora conceitualmente possível. Um exemplo ilustrativo do termo complexo é, na oposição vida e morte, o morto-vivo. Conceitualmente existe; podemos tentar achar exemplos, tais como alguém em coma profundo, mas sempre há uma tendência, dependendo do contexto, em aproximar o exemplo de um ou outro extremo do campo semântico. Alguém em coma pode estar mais morto que vivo se pensamos no que esta pessoa está impedida de fazer, mas vai estar mais vivo que morto se pensamos que existe uma chance de acordar – só não acordaria se estivesse, de fato, morto. O ponto médio entre os termos contrários é, portanto, de uma instabilidade tal que se torna inviável na prática.

Liberdade absoluta, portanto, só existe conceitualmente, mas é um conceito desprovido de aplicação, exceto como exercício poético.

Imagens de natureza são também constantes exemplos de imagens evocando liberdade. Criada numa dicotomia tão velha que já virou universal entre os estudiosos (natureza versus cultura), essa dicotomia tomada semioticamente transforma-se num contínuo entre dois extremos cuja valorização não é dada, mas construída em cada textoⁱ. Com isso, quero dizer que instalar a liberdade no extremo “natureza” é apenas uma opção de valorização possível, dentre outras. E isso traz um elemento importante para esta análise: parece consensual que “liberdade” seja um valor positivo, pois o vínculo de “liberdade” ao termo “natureza” pode se traduzir por uma valorização eufórica do termo. Mesmo que isso seja verdade em muitos contextos, não podemos cair na tentação de aceitar como fato dado um simples dado de linguagem, culturalmente determinado.

A primeira reflexão que se faz necessária é que o próprio conceito de natureza é cultural. No filme “Náufrago”ⁱⁱ, por exemplo, a natureza da ilha possui valor negativo (é disfórica), em virtude das faltas e dificuldades que apresenta em relação às facilidades da vida moderna. Nesse caso, liberdade é poder usar sapato e comprar comida no supermercado, ou seja, liberdade existe na cultura, não na natureza, que se apresenta como limitante. Começamos a perceber que o horizonte de significância do conceito de liberdade é muito mais complexo do que parece.

1 LIBERDADE NEGATIVA

No tópico anterior discorreremos sobre a valoração positiva da liberdade. No entanto, mesmo que brevemente, precisamos discorrer sobre a possibilidade do conceito de liberdade ter um valor negativo, conforme o contexto.

Do mesmo modo que a natureza parece ser sempre positiva mas não é, como vimos, qualquer conceito é dependente de contexto para determinação de seu valor positivo ou negativo e liberdade não é exceção à regra. Vejamos um exemplo bem banal: frase de mãe:

– Esse menino precisa de limites!

A falta de limites é uma forma de definir liberdade. Ora, se liberdade tem valor positivo, então a falta de limites deveria ter também. Acontece que essa liberdade, a falta de limites, esbarra em alguns possíveis problemas:

a) a liberdade do outro: “a liberdade de um termina onde começa a liberdade do outro”. Seria, claro, muito mais simples se liberdade fosse essa figura geograficamente bem definida, como quer essa máxima popular, mas, mesmo com toda sua complexidade, é possível concordar que, já que a liberdade absoluta não existe, sempre que alguém exerce uma liberdade corre o risco de estar ultrapassando um limite que restrinja a liberdade de outrem. Note que estamos falando da relação entre indivíduos.

b) a sociedade: cada sociedade rege de forma diferenciada a coletividade. O indivíduo, como parte dessa coletividade, está sujeito a essas normas. Uma liberdade que infrinja esse conjunto de normas da boa convivência é uma liberdade passível de moralização negativa. Um exemplo gritante seria matar alguém por raiva.

c) liberdade de uma sociedade sobre outra: os exemplos são inúmeros. Toda sociedade acredita que sua justiça é a mais justa. Quando uma cultura entra em contato com a outra, sempre haverá comportamentos reprováveis numa sociedade sob o ponto de vista da outra. A falta de respeito a essas diferenças já sustentou (e ainda sustenta) muitas guerras.

Assim, começamos a perceber que a liberdade absoluta, além de ser irreal, surreal, improvável, é também um conceito perigoso.

Quando Stallman definiu as quatro liberdades do software livre (Wikipédia, verbete Cultura Livre), estava, de certo modo e provavelmente de forma intencional, questionando a liberdade tal como países poderosos a veneram: a liberdade ilimitada é sempre perigosa porque só existe a partir do momento em que destitui de liberdade algum ou muitos outros sujeitos de mesma natureza ou natureza diferente.

2 LIBERDADE PARA



Ilustração 2: Gaivota da liberdade, figura criada no programa TuxPaint.

“Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda”ⁱⁱⁱ

A figura acima (ILUSTRAÇÃO 2), da gaivota, também possui semas que remetem à liberdade: trata-se da liberdade da gaivota que ascende aos céus pela força descomunal do movimento das asas empurrando o ar contra o solo? Ou da liberdade da flor, que se deixa levar pelos ares sem o menor esforço? No caso da gaivota, é sua própria vontade que está em jogo; no caso da flor, por sua passividade, é a vontade do outro (a gaivota).

Observamos na nossa sociedade uma alta valorização da simplicidade no fazer: interfaces amigáveis são mandatórias em qualquer programa, a ponto de não interessar ao usuário a consulta a manuais para aprender a usar o programa na totalidade de seus recursos. Essa busca pela simplicidade é anterior ao uso do computador: “não faça, compre pronto” chega a ser literalmente enunciado como na propaganda da sopa Vono (“descascar a abóbora?”). A qualidade passa a ser menos importante do que a usabilidade. O uso intuitivo é a grande pedida, abafando questões como diferenças pessoais entre o que seria essa intuição (sem falar em restrições físicas entre as pessoas, o que resulta numa exclusão social ainda maior dos já excluídos por suas deficiências).

O sujeito do fazer ideal numa situação não precisaria saber fazer, bastaria poder. Trata-se de um grande engodo: quem não sabe fazer é refém de quem sabe. Como pode um refém ser livre? Liberdade pode ser ilusória, pode ser inverídica, mas é sempre desejável? Felizmente não precisamos escolher entre apocalípticos ou integrados e podemos, como sugere Umberto Eco (1979), escolher uma participação crítica e construtiva nos fenômenos sociais. Nesse sentido, permito-me dizer que sim: liberdade é sempre desejável.

Móvel opõe-se a estático, ascensão à queda, natural a cultural, individual a coletivo, o mágico ao lógico... é na oposição que surge o conceito, tanto que os filósofos concebem a liberdade tanto por sua definição negativa (o que ela não é) quanto por sua definição positiva (o que ela é). “A partir de Saussure, que formulara o princípio relacional do sistema (...), percebeu-se que tudo o que um elemento discursivo é ele o é em relação a todos os demais elementos que participam do seu mesmo sistema” (LOPES, 1997, p.35).

Liberdade, como qualquer conceito, é uma construção de linguagem. Se liberdade é construção, porque, então, ela na sua forma absoluta não existiria? Pois existe: como personagens de histórias fantásticas que só existem nas telas, no papel, na imaginação.

Liberdade é antes símbolo do que realidade. Quando se trata de defini-la, ou escrevemos poesia, tal como Cecilia Meireles no excerto citado acima, ou precisamos limitar a liberdade: precisamos definir de qual liberdade estamos falando.

A lei garante meu direito de “ir e vir”, o que significa que tenho esta liberdade desde que não cometa um delito que me faça, frente ao mesmo conjunto de leis, perder esse direito. Mas mesmo a liberdade de ir e vir não depende só do cumprimento da lei: se eu for um portador de necessidades especiais posso ter esse direito negado por falta de estrutura física e social para pessoas com as mesmas necessidades, como rampas nas calçadas, traduções em braille e intérpretes de LIBRAS.

A liberdade de escolha só existe se houver acesso igualitário a todas as opções. As condições que nos são dadas para que efetuem nossas escolhas podem facilmente esconder outras

opções que nos são, deste modo, negadas. Com 50 quilos a mais que hoje, já provoqueei atraso num vôo comercial que não dispunha de um extensor de cinto de segurança, provocando reações negativas da maioria dos passageiros, não contra a falta de estrutura da aeronave para as minhas necessidades, mas contra a minha “diferença”, que estaria afetando a sua liberdade de ir e vir, já que o avião não poderia decolar enquanto eu não estivesse devidamente afivelada na poltrona. Será que teriam a mesma reação diante de um surdo que não consegue o que precisa porque a atendente não sabe LIBRAS e segura o andamento da fila? Ele é culpado de ser surdo?

É por isso que falar em liberdade implica necessariamente falar em direitos iguais para todos, assunto que, por sua vez, implica em consciência social e respeito às diferenças. A lei é capaz de minimizar, com o tempo, esse tipo de problema: por exemplo, o ensino obrigatório de LIBRAS em muitos cursos superiores certamente vai favorecer a inclusão dos surdos na sociedade a médio prazo.

E lei é uma licença: licença para fazer isto e não aquilo.

3 CREATIVE COMMONS

A licença é aquilo que define uma ou mais liberdades. Nesse sentido, a licença Creative Commons é particularmente ilustrativa. Ela foi criada para garantir os direitos e as liberdades sobre o trabalho intelectual. No fim das contas, todo e qualquer produto ou realização humana é uma obra derivada de outras, como explorar essa produção sem ignorar esse fato?

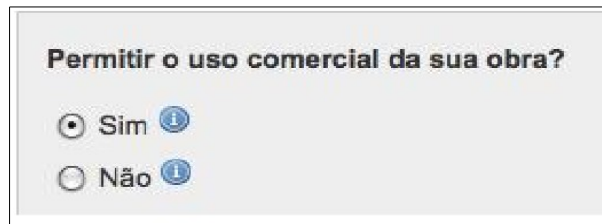
A ideia de uma licença flexível é o que torna a Creative Commons a mais apropriada aos produtos intelectuais, já que estes diferem muito conforme o contexto e a utilização e mesmo o tipo de produto.

Bezerra ilustra essa flexibilidade de forma muito clara na tirinha em anexo. É interessante notar que a liberdade precisa de regras para existir. Que tipo de regras? Regras que determinem o “para que” somos livres, já que não é possível ser livre para tudo.

A licença Creative Commons é obtida na internet, no site <http://creativecommons.org.br/>.

Ao clicar no link “Publique com segurança e legalmente”, o usuário é conduzido, a partir de suas próprias respostas a perguntas previamente formuladas, a uma decisão sobre a licença mais apropriada para sua obra.

A primeira pergunta (ILUSTRAÇÃO 3) é uma que costuma ser mal compreendida: o uso comercial da obra possui normalmente uma conotação negativa, especialmente quando se trata de artigos científicos ou tutoriais. O que significa “uso comercial? O próprio site do Creative Commons fornece um exemplo de uso não comercial: “Gustavo publica sua fotografia em seu website com uma licença de Uso Não Comercial. Camila imprime a fotografia de Gustavo. Camila não está autorizada a vender a impressão da fotografia sem a autorização de Gustavo”^{iv}.



Permitir o uso comercial da sua obra?

Sim ⓘ

Não ⓘ

Ilustração 3: Primeira pergunta para criação da sua licença CC.

Se eu fizer um tutorial sobre o uso do moodle e decidir que ele não pode ter uso comercial, isso significa que ele não poderia ser usado por um colega, professor universitário de uma faculdade particular, com seus alunos, pois estaria burlando a licença. Existem casos em que a obra em si é o meio de vida do autor, como no caso de obras de arte. Mesmo nesses casos, o autor pode optar por permitir o uso comercial e conseguir um retorno positivo a partir dessa opção. Vale a pena aprofundar esse tema.

O contexto cultural desta discussão é uma sociedade capitalista, na qual o comércio do trabalho ou do fruto do trabalho é premissa para uma boa socialização, pois é o que garante ao indivíduo condições mínimas de sobrevivência – ou, pelo menos, deveria garantir sempre. Sujeitos aos efeitos muito as vezes devastadores das leis da oferta e da procura, os produtos e os trabalhos valorizam e desvalorizam, com certa frequência, a despeito de sua qualidade intrínseca. Diante desse quadro é natural que muitas pessoas julguem o sistema injusto e busquem alternativas para sua existência dentro ou até fora dele. O uso comercial acaba conotando uma, por assim dizer, “desvalorização do valor”: o valor descritivo ou modal da obra está fora dela, está no sistema. A primeira reação diante desta afirmação é julgar o uso comercial como um uso pejorativo, em especial para produtos intelectuais, pois ainda vivemos os ares românticos do artista como ser superior e intangível, do fazer científico como imune a efeitos que não advenham das próprias regras do fazer científico.

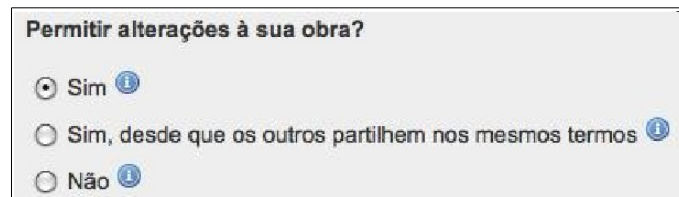
É muito difícil quebrar esse pensamento romântico sobre a arte e a ciência: arte e ciência existem como tal porque seguem regras próprias. O cientista que não seguir as normas dos trabalhos científicos de sua área, não obterá respaldo de seus pares e será sumariamente questionado; o artista que usa sua arte para fins não nobres dificilmente será reconhecido como tal (bons exemplos são as propagandas, algumas das quais geniais do ponto de vista artístico, mas geralmente desvalorizadas como arte por terem um objetivo “escuso”).

No entanto, o artista que não vender sua arte ou consegue um emprego (funcionário público é sempre uma boa pedida) ou morre de fome. O cientista que não considerar as tendências do mercado (sim, mercado) das agências de fomento, dificilmente conseguirá financiamento para sua pesquisa. Cabe notar que, quando consegue, artista ou cientista, que seu produto seja autossustentável, geralmente esse feito é acompanhado de uma valoração positiva da própria obra: a pesquisa será reconhecida socialmente porque possui o respaldo das agências, a obra de arte pelo respaldo do público. Essa valoração, portanto, contradiz o sentimento romântico de que fazer arte e ciência não é válido com “segundas intenções”.

Se, no caso da ciência, o uso comercial dos produtos é uma consequência necessária, visto que não se faz ciência fora das instituições e empresas, para a arte não é uma consequência tão imediata. Como vimos, o artista pode optar por viver de um outro emprego que sustente sua obra. É importante para o artista ter em mente que o uso comercial de sua obra inclui, por exemplo tocar

uma música num barzinho. Se, de um ponto de vista, existe uma outra pessoa tirando proveito de sua obra, por outro lado, essa mesma pessoa está divulgando seu trabalho.

Assim, quando se depara com esta pergunta, o autor deve ter em mente que nem sempre permitir o uso comercial da obra é um erro. No caso do exemplo do barzinho, seria bastante esquisito que cada músico que fosse divulgar sua obra num contexto como esse precisasse de sua autorização.



Permitir alterações à sua obra?

Sim

Sim, desde que os outros compartilhem nos mesmos termos

Não

Ilustração 4: Segunda possível restrição da licença CC.

A ilustração 4 refere-se ao próximo passo na escolha da licença e trata de mais uma questão nevrálgica para o autor. Note que já não se trata de responder sim ou não e isso é um detalhe muito importante. Essa questão leva a outra: o que é a obra? De onde vem a obra?

Semioticamente falando, trata-se de uma das operações mais simples da narrativa: a criação recíproca de sujeito e objeto (BERTRAND, 2003, p. 430). O sujeito artista/cientista só existe em função da sua obra. Ninguém é artista se não produz obras de arte. Ninguém é cientista se não produz conhecimento científico.

Assim, a autoria do trabalho, que é a maior preocupação de uma licença Creative Commons, é também de suma importância para o artista ou cientista. O que significa, neste contexto, permitir alterações na obra?

O site do Creative Commons^v nos fornece dois exemplos bem ilustrativos:

- **Não a Obras Derivadas.** Sara licencia a gravação de sua música com uma licença Não a Obras Derivadas. João deseja cortar uma faixa da música de Sara e incluí-la em sua própria obra, remixando-a e criando uma obra totalmente nova. João não pode fazer isso sem autorização de Sara (a menos que a música de João esteja no âmbito do conceito de uso legítimo).

- **Compartilhamento pela mesma Licença.** A fotografia de Gustavo é licenciada sob as condições de Uso Não Comercial e Compartilhamento pela mesma Licença. Camila é uma artista amadora de colagem. Ela usa a fotografia de Gustavo em uma de suas colagens. A condição do Compartilhamento pela mesma Licença exige que Camila disponibilize sua colagem com uma licença Uso Não Comercial plus- Compartilhamento pela mesma Licença. Esta condição faz com que Camila disponibilize sua obra a todas as pessoas sob os mesmos termos com os quais Gustavo disponibilizou a ela.

Vamos pensar num artigo científico. A prática mais comum em artigos e textos científicos, que são um dos principais produtos do fazer científico, é o uso de citações. Digamos que o artigo A foi publicado numa revista que possui uma licença que não permite obras derivadas. O artigo B pode citar um trecho do artigo A? Somente com autorização expressa do autor da obra A.

Usei esse exemplo da revista porque é onde a situação geralmente complica. Dificilmente é o autor quem escolhe o tipo de licença da publicação. As editoras encaminham seus

termos de cessão de direitos aos autores, nos quais, no fim das contas, o autor “perde” a obra (só mantém a autoria... ligeiramente paradoxal a situação). As revistas pedem que se aceite os termos de publicação. O contexto de necessidade de publicação é tamanho para os pesquisadores que estes aceitam quaisquer condições que lhes sejam impostas, na maior parte das vezes sem sequer conferir o conteúdo do termo que estão assinando, até porque, conhecendo ou não suas limitações, terão que assinar de qualquer jeito.

Artistas que trabalham em grandes corporações, como gravadoras, sofrem o mesmo problema.

É muito comum que esta situação gere pirataria dos artistas e pesquisadores sobre sua própria obra, o que é quase um nonsense, mas referendado pela licença escolhida. Qual professor nunca fotocopiou um capítulo de livro seu para passar para seus alunos? Provavelmente só os que nunca escreveram livros. No entanto, na contracapa dos livros está legível mas dessemantizado o alerta sobre a proibição sobre a reprodução parcial ou total do conteúdo do livro.

Um processo de dessemantização ocorre quando um determinado signo perde a relevância em virtude da falta de destaque e uso (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 114).

Uma licença como a Creative Commons garante ao autor a autoria e os direitos sobre sua obra a não ser que consciente e livremente ele opte por liberar a obra sem qualquer restrição. É importante esse detalhe: a opção deve ser consciente. Não se trata de assinar um termo complexo que não consigo ler, trata-se de responder perguntas simples para decidir exatamente o escopo da licença que desejo usar.

Há uma mudança brutal de paradigma, que ressemantiza a própria ideia de licenciamento das obras intelectuais. Longe de ser Domínio Público, em que a própria ideia de autor está totalmente desvinculada da ideia de pertencimento, a licença Creative Commons exige que tanto o autor quanto o público respeitem as normas sobre o uso da obra.

Isso não significa que devemos sempre permitir o uso derivado da obra: é direito do autor decidir sobre isso. Um arranjo de música popular, por exemplo, pode ser, no entendimento do autor, passível dessa restrição e somente será permitida a utilização de trechos desse arranjo em obras derivadas com autorização explícita do autor.

O que eu gostaria de ressaltar é que, muitas vezes, buscando proteger os direitos que são tão costumeiramente devastados pelas práticas das licenças usadas hoje em dia pelas grandes corporações, as quais defendem, em última instância, o direito das corporações contra os autores, muitas vezes os autores optam por restringir ao máximo a licença como forma de proteção, mas acabam por causar situações que eles próprios não desejavam que acontecesse (como um tutorial sobre uso do moodle licenciado com restrição a obras derivadas e que, exatamente por esse motivo, não poderá ser adequado a diferentes situações de uso e, assim, cai em desuso).

Os outros passos para a obtenção da licença são bem menos controversos.

4 CONCLUSÃO

Não é à toa que a Creative Commons está diretamente ligada à internet. Ao obter uma licença, você automaticamente tem acesso a um código html para disponibilizá-la em seu site

(ILUSTRAÇÃO 5).

```
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/br/"></a><br /><span xmlns:dct="http://purl.org/dc/terms/" href="http://purl.org/dc/dcmitype/Text" property="dct:title" rel="dct:type">Liberdade em duas palavras: creative commons</span> by <a xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" href="www.acris.pro.br" property="cc:attributionName" rel="cc:attributionURL">Ana Cristina Fricke Matte</a> is licensed under a <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/br/">Creative Commons Atribuição-Compartilhamento pela mesma licença License</a>.
Selecione e copie o texto da caixa acima, ou envie-o por correio electrónico a si próprio.
```

Ilustração 5: Código html gerado pela página do Creative Commons para inclusão da licença no site de divulgação da obra.

A internet é hoje um dos maiores, senão o maior, meio de divulgação de qualquer produto intelectual. É o espaço, também, de maior acesso a versões piratas de quase qualquer obra artística ou científica. Por isso é muito importante que os autores estejam atentos às licenças ou falta delas ao publicar sua obra na internet ou fora dela, visto que qualquer livro impresso, por exemplo, pode ser total ou parcialmente digitalizado e disponibilizado em poucos minutos. Por outro lado, se minha tese de doutorado, por exemplo, estiver publicada na internet sem qualquer licença, não posso processar ninguém por plágio.

Independente de ser contra ou a favor da pirataria, defendo neste artigo que somente o uso consciente das licenças é capaz de tirar o autor da marginalidade, marginalidade esta que decorre menos do uso pirata de suas obras do que das licenças que protegem as corporações contra o próprio autor.

E uso consciente é mais que saber o que significa cada passo: é entender o que significa, no nosso contexto social e cultural, o compartilhamento da obra. Significa entender que toda obra é uma “obra para”. Toda obra tem uma finalidade. Mesmo que seja vender um produto, é uma finalidade válida e não é isso que deve ser o elemento principal na análise de sua qualidade.

A identidade é uma das poucas coisas das quais dificilmente abrimos mão. Identidade individual na sociedade, identidade social do indivíduo: ser autor é produzir uma identidade a partir da obra produzida. O estilo do autor, o conteúdo de sua obra, tantos pequenos grandes detalhes que compõem sua identidade social, devem ser protegidos, mas protegidos de quem? Contra quem? Para que? São perguntas que devem guiar a escolha de uma licença, incluindo o próprio fato de querer uma licença.

A licença Creative Commons é válida no Brasil. Obtê-la e usá-la não custa mais do que poucos minutos: se você acredita em autoria e tem consciência do contexto em que autor e obra hoje se encontram, use-a. E divulgue-a.

5 AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Wilkens Lenon Silva de Andrade, pela leitura cuidadosa do artigo, que muito contribuiu para chegar à forma final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Edna Maria Nascimento, Mariza B. Teixeira Mendes e Marisa Giannecchini de Souza (Coord). Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BEZERRA, Karlisson de Macedo. *Creative Commons*. URL <<http://labs.hacktoon.com/docs/creative-commons/>> Acesso em: 02 set. 2011.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo, SP: Perspectiva, 1979.

GREIMAS, Algirdas; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu Dias, Diana Barros, Eduardo Cañizal, Edward Lopes, Ignacio Silva, Maria José Sembra, Tiekio Miyzaki. São Paulo: Cultrix, s/data.

LOPES, Edward. *A Identidade e a Diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MEIRELES, Cecília. *O Romanceiro da Inconfidência*. 5.a Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ZEMECKIS, Robert. *Cast Away*. Informações sobre o filme <<http://www.imdb.com/title/tt0162222/>>. Acesso em: 5 set. 2011.

WIKIPEDIA: *Cultura Livre* <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_livre>. Acesso em: 06 ago. 2011.

ANEXO

Anexo a este artigo a tirinha do Karlisson Bezerra sobre a licença, com plena consciência de que esta obra artística de uma página é, sem sombra de dúvida, muito mais completa e consistente do que minhas tantas páginas de artigo. Obrigada, Karlisson.

Nerdson não vai à escola

"CARO NERDSON, GOSTARIA DE SABER SE POSSO USAR SUAS TIRINHAS NO MEU BLOG".

RECEBO VÁRIOS E-MAILS COM PEDIDOS COMO ESSE, E A RESPOSTA É SEMPRE A MESMA: "SIM, VOCÊ PODE"... E NEM PRECISAVA PEDIR, SABE POR QUÊ?

POR CAUSA DESSE SÍMBOLO QUE APARECE EM TODOS OS QUADRINHOS, A MARCA DA LICENÇA CREATIVE COMMONS!

SEU CHATO! O CARA FOI EDUCADO AO PEDIR AUTORIZAÇÃO E ENTRAR EM CONTATO CONTIGO!

NÃO É ISSO! É ÓTIMO PODER FALAR COM OS LEITORES! MAS IMAGINA UM ARTISTA QUE TENHA MILHÕES DE FÃS PEDINDO PRA USAR SEU TRABALHO EM SEUS BLOGS. ELE CONSEGUIRIA RESPONDER A TODOS OS E-MAILS?

HUMMM... ELE PODE CONTRATAR ALGUÉM PRA RESPONDER OS E-MAILS POR ELE...

AHÁ! OU AVISAR ANTECIPADAMENTE QUE TODOS TÊM PERMISSÃO!

ENTÃO ESSA LICENÇA DETERMINA QUE A OBRA NÃO TEM MAIS DONO? E O ARTISTA, VAI MORRER DE FOME?

ADOTAR ESSA LICENÇA NÃO SIGNIFICA ABRIR MÃO DE SEUS DIREITOS AUTORAIS. O ARTISTA PODE ESCOLHER QUE USO PODEM FAZER DE SUA OBRA. ISSO AGILIZA O PROCESSO DE LICENCIAMENTO E FACILITA A DIVULGAÇÃO, COM A AJUDA INDISPENSÁVEL DA INTERNET!

QUANDO VOCÊ LICENÇA SUA OBRA SOB UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS, VOCÊ AUTOMATICAMENTE DÁ A PERMISSÃO PARA USAREM-NA, COM UMA CONDIÇÃO BÁSICA: **CITAR A AUTORIA DA OBRA.**

Foto by **Bozo** com link

ALÉM DISSO, PODEMOS DIZER QUE A CREATIVE COMMONS É UMA LICENÇA FLEXÍVEL: O ARTISTA PODE ESCOLHER UM TIPO DE LICENÇA QUE SE ADAPTE ÀS SUAS NECESSIDADES, DA MAIS RESTRITIVA À MAIS PERMISSIVA, PODENDO SER FORMADAS PELAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

Atribuição (BY)
Você deve dar os créditos ao autor. Padrão em todas as licenças.

Uso Não-Comercial (NC)
Impede o uso comercial da obra.

Não a Obras Derivadas (ND)
Impede a criação de obras derivadas, ou seja, pode usar, mas não modificar.

Compartilhamento pela mesma Licença (SA) (share-alike)
A obra pode ser utilizada e alterada, desde que lançada sob a mesma licença da obra original.

EXEMPLO:
COLOQUEI UMA FOTO NA WEB E QUERO LIBERAR O SEU USO, NÃO QUERO QUE USEM PRA FINS COMERCIAIS E AS OBRAS DERIVADAS DEVEM SER LANÇADAS SOB A MESMA LICENÇA. QUAL LICENÇA USO?

RESPOSTA:
CC-BY-NC-SA

ACESSE: [HTTP://CREATIVECOMMONS.ORG.BR/](http://creativecommons.org.br/)

MEUS QUADRINHOS ESTÃO SOB A LICENÇA CC-BY, ENTÃO TODO MUNDO PODE FAZER O QUE QUISER COM ELES, DESDE QUE A AUTORIA SEJA CITADA. MAIS UMA VEZ: NÃO PRECISA PEDIR AUTORIZAÇÃO. VOCÊ JÁ FOI AUTORIZADO.

E AINDA POSSO REVOGAR ALGUMA DESSAS RESTRICÇÕES, SE FOR NECESSÁRIO, OU EXIGIR MEUS DIREITOS COMO AUTOR EM CASOS EXTREMOS.

POR EXEMPLO, SE ALGUÉM USAR SUA OBRA DE FORMA OFENSIVA OU DEPRECIATIVA?

EXATAMENTE!

PUBLICO MINHA OBRA NA INTERNET JÁ COM A INTENÇÃO DE COMPARTILHAR. QUASE TODO MUNDO FAZ ISSO. PORÉM, ADOTAR UMA LICENÇA LIVRE OFICIALIZA O ATO, E EVITA NEGOCIAÇÕES DESNECESSÁRIAS. BASTA QUE O INTERESSADO PROCURE SABER COMO O ARTISTA LICENÇA SUA OBRA.

AGORA ENTENDI! A PROPÓSITO, ABRI SEU PACOTE DE BISCOITOS E COMPARTILHEI COM A GALERA. ESPERO QUE VOCÊ O TENHA LICENCIADO SOB CC-BY-SHARE-ALIKE.

NO SEU CASO, ESSA INFORMAÇÃO ESTÁ NO RODAPÉ DO SITE.

É, ENTENDEU...

Fonte: <<http://labs.hacktoon.com/docs/creative-commons/>>.

- i Confira o termo Quadrado Semiótico (Greimas e Courtés, s/data: p. 364-368)
- ii Cast Away. Filme de Chuck Nolan, 2000.
- iii Cecília Meireles. *O Romanceiro da Inconfidência*, 1981.
- iv http://creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35
- v Idem.